



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA SEMAGRI
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE RO

1. DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem a finalidade do Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material permanente Escavadeira Hidráulica e grades aradoras de acordo com o quantitativo estimado apresentado neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A aquisição dos equipamentos visa fortalecer as ações de mecanização agrícola e apoio aos pequenos produtores rurais do município, ampliando a capacidade de preparo de solo, recuperação de áreas produtivas e incentivo à agricultura familiar.

3. MARCO LEGAL

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 14.133/2021;
- Lei Complementar nº 123/2006;
- Decreto Municipal nº 2.660 de 31 de março de 2023;
- Demais normas aplicáveis às contratações públicas e ao Sistema de Registro de Preços.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO LEGAL

A contratação observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme art. 37, XXI, da Constituição Federal e art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

5. ÓRGÃO DEMANDANTE

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura SEMAGRI.

6. ÓRGÃO SOLICITANTE

Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste/RO, por intermédio da SEMAGRI.

7. DO OBJETO DA PRETENDIDA AQUISIÇÃO

Registro de preços para **futura e eventual aquisição de 04 (quatro) grades aradoras e 01 (uma) escavadeira hidráulica**, destinados ao atendimento das demandas relacionadas às ações de:

- preparo de solo;
- mecanização agrícola;
- apoio às atividades da agricultura familiar; e
- execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável no Município de Itapuã do Oeste/RO.

7.1 Discriminação do objeto (resumo técnico)

A aquisição poderá ocorrer de forma parcelada, conforme disponibilidade orçamentária e financeira do Município, respeitados os limites quantitativos autorizados na Ata de Registro de Preços e durante sua vigência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	GRADE ARADORA 16 DISCOS COM CONTROLE REMOTO HIDRÁULICA, EQUIVALENTE TÉCNICO OU DE MELHOR QUALIDADE E SUPERIOR , com	und	4	R\$ 58.666,67	R\$ 234.666,66

	as seguintes especificações: 16 discos, controle remoto, 16 x 26 x 6mm, largura de trabalho 1.700mm, espaçamento entre os discos de mínimo de 230mm, com sistema de pneus para transporte, peso mínimo 1800 kg, potência requerida no trator 80 - 90cv.				
3	<p>Escavadeira hidráulica sobre esteiras, novo, ano e modelo 2025, motor diesel turbo alimentado com 06 cilindros, potência bruta de no mínimo 175 HP, equipada com peso operacional mínimo de 22.100 kg, caçamba com capacidade de no mínimo 1,2 m³, com braço de escavação de 2,40mts; CABINE FECHADA, COM PROTEÇÃO CONTRA CAPOTAMENTO E QUEDA DE OBJETOS (ROPS/FOPS), MOTOR A DIESEL DO MESMO GRUPO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, DE 6 CILINDROS; TURBOALIMENTADO; ATENDENDO AS NORMAS DE EMISSÕES DE GASES E POLUENTES TIER III /MAR-I; DE; LARGURA DA SAPATA DE 700 MM, COMPRIMENTO TOTAL (EM POSIÇÃO DE TRANSPORTE) DE 9.480 MM, LARGURA DE 2.990 MM, PROFUNDIDADE MÁXIMA DE ESCAVAÇÃO DE 6.110 MM, ALTURA MÁXIMA DE ESCAVAÇÃO DE 9.410 MM, ALTURA MÁXIMA DE DESPEJO DE 6.590 MM, CAPACIDADE DA CAÇAMBA DE A 1,2 M³, CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MINIMO 400 LITROS, ALARME SONORO DE DESLOCAMENTO, AR-CONDICIONADO, ASSENTO DO OPERADOR ERGONÔMICO, AJUSTÁVEL, COM APOIO PARA OS BRAÇOS E CINTO DE SEGURANÇA. EQUIPADO COM TODOS OS ITENS DE SÉRIE, CONFORME CATÁLOGO COMERCIAL DO PRODUTO E COM TODOS OS DEMAIS EQUIPAMENTOS E ITENS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO.</p> <p>Assistência técnica autorizada com a distância máxima de 130km do município de itapuã do oeste.</p>	und	1	R\$ 840.000,00	R\$ 840.000,00

7.2. NATUREZA

Os bens abrangidos por este contrato são considerados comuns, possuindo características e especificações típicas do mercado, conforme estipulado pelo artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. VALOR TOTAL ESTIMADO

O custo total estimado para a presente contratação foi obtido a partir de pesquisa mercadológica de preços junto ao mercado fornecedor da área e ao banco de preços.

A pesquisa de mercado está de acordo com o preconizado no art, 23º, IV da Lei nº 14.133/21.

Desta forma, o valor total para a contratação é de **R\$ 1.074.666,66 (um milhão setenta e quatro mil seiscentos e sessenta e seis reais)**.

9. PROGRAMAÇÃO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura SEMAGRI, podendo ser custeadas por:

- **recursos próprios do Município;**
- **recursos provenientes de emendas parlamentares;**
- **recursos oriundos de convênios firmados com a União, Estado ou outros entes públicos.**

A classificação orçamentária observará a natureza de despesa correspondente a Equipamentos e Material Permanente, conforme estrutura orçamentária vigente.

10. NATUREZA DO OBJETO

Bens comuns, conforme art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Identificação da necessidade

Necessidade de ampliar a mecanização agrícola municipal, atendendo produtores rurais e fortalecendo a produção local.

Justificativa

A presente contratação tem por finalidade a formação de Ata de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de escavadeira hidráulica e grades aradoras, equipamentos essenciais para execução de serviços de infraestrutura rural, manutenção de estradas vicinais, preparo de solo e apoio às atividades agrícolas no município de Itapuã do Oeste/RO.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de aquisição conforme demanda da Secretaria, considerando a imprevisibilidade do momento exato da necessidade e a possibilidade de otimização da gestão orçamentária e financeira do Município..

Benefícios Esperados

A aquisição de uma escavadeira hidráulica e de quatro grades aradoras proporcionará o fortalecimento da capacidade operacional da Secretaria Municipal de Agricultura, possibilitando maior eficiência na execução de serviços de preparo e recuperação de áreas produtivas, abertura e manutenção de estradas vicinais, apoio às atividades agropecuárias e melhoria da infraestrutura rural. Espera-se, ainda, a otimização do atendimento aos produtores rurais, redução do tempo de execução dos serviços e ampliação das ações de incentivo à produção agrícola no município.

Impacto Social

A disponibilização desses equipamentos contribuirá diretamente para o desenvolvimento socioeconômico da zona rural, ao oferecer melhores condições de trabalho aos pequenos e médios produtores, facilitando o preparo do solo e o acesso às propriedades rurais. Como resultado, espera-se o aumento da produtividade agrícola, geração de renda no campo, fortalecimento da agricultura familiar e melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais.

12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, para Sistema de Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, observadas as condições estabelecidas no edital e em seus anexos.

Critério subjetivo de seleção

Qualificação Técnica

Quanto à qualificação técnico-operacional, o licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da empresa licitante, que comprovem sua aptidão para o fornecimento de equipamentos com características compatíveis com o objeto da presente licitação.

13. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O fornecimento dos bens ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Os equipamentos deverão ser entregues com todas as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, acompanhados de manual de operação, certificado de garantia e demais documentos necessários à perfeita utilização do bem.

A Contratada será responsável pelo transporte, entrega técnica e demais custos necessários para disponibilização do equipamento no local indicado pela Administração.

14. SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste termo, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

15. LOCAL DE ENTREGA

Rua Airton Senna, nº 1425, Centro, CEP 76861-000, Itapuã do Oeste/RO.

A entrega deverá ser realizada mediante prévio agendamento da CONTRATADA pelo telefone (69)3231-2330.

O fornecimento do objeto deste contrato deverá ser entregue, em regra, de segunda a sexta, das 8h00 às 13h30, exceto feriados.

Excepcionalmente, poderá ser autorizado pela Fiscalização dias e horários diferenciados, para fins de entrega e assistência técnica.

16. PRAZO DE ENTREGA

Os prazos inerentes ao presente processo de licitação são aqueles fixados neste Termo de Referência, particularmente quanto à (ao):

- a. O fornecedor terá o prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho para entrega do material no local indicado neste Termo de Referência.
- b. O prazo de assistência técnica e garantia será de 12 (meses) meses, observadas as condições e obrigações contidas no Termo de Referência e na garantia do fabricante.
- c. O prazo para a contratada substituir ou sanar irregularidade do material entregue é de **30 (trinta) dias**, contados a partir da comunicação da Contratante.

17. CONDIÇÕES DE ENTREGA

A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento, emitida pela Administração.

Os equipamentos deverão ser entregues novos, de primeiro uso, devidamente embalados, acompanhados de manuais de operação, certificados de garantia e demais documentos técnicos necessários, assegurando sua correta utilização e identificação.

A entrega deverá ser realizada no local indicado pela Administração Municipal, dentro do horário de expediente, ficando a contratada responsável pelo transporte, descarga e demais procedimentos necessários para a perfeita entrega do objeto, sem custos adicionais para o Município.

No ato da entrega, os equipamentos serão submetidos à verificação quanto à conformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, podendo ser recusados caso apresentem defeitos, avarias, divergências nas especificações ou qualquer irregularidade que comprometa sua utilização.

Caso seja constatada qualquer irregularidade no objeto entregue, a contratada deverá substituir o equipamento ou sanar o problema no prazo máximo de 10 dias, contados a partir da notificação

da Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. RECEBIMENTO

O recebimento do objeto ocorrerá em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, observando-se as seguintes etapas:

I Recebimento Provisório:

O recebimento provisório será realizado no ato da entrega do equipamento, pelo servidor ou comissão designada pela Administração, mediante verificação preliminar das condições do objeto, especialmente quanto à quantidade, integridade física, documentação e conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

II Recebimento Definitivo:

O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação detalhada das especificações técnicas, funcionamento e conformidade do equipamento com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no prazo máximo de até 12 dias contados do recebimento provisório.

Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos ou divergências em relação às especificações exigidas, a Administração poderá recusar o recebimento do objeto, devendo a contratada providenciar a substituição ou correção no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada quanto à garantia e à qualidade dos equipamentos fornecidos, permanecendo esta responsável por eventuais vícios ou defeitos identificados durante o período de garantia.

19. GARANTIA

A garantia consiste na obrigação por parte da empresa contratada, em cumprir todas as determinações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e alterações subsequentes.

20.DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias**, contados a partir da **liquidação da despesa**, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, observadas as disposições da Lei nº 4.320/1964 e da Lei nº 14.133/2021.

21.OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Sem prejuízo das demais obrigações previstas em contrato, legislação aplicável e normas regulamentares, são obrigações da Contratada:

- a) Entregar os bens de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no Município de Itapuã do Oeste/RO, no local indicado neste Termo de Referência;
- b) Considerar, no valor da proposta apresentada, todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo impostos, taxas, fretes, encargos sociais, trabalhistas e quaisquer outras despesas, não sendo admitidos ônus adicionais à Administração;
- c) Realizar a entrega dos bens no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento;
- d) Efetuar as entregas, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente da Administração, salvo ajuste prévio com o setor responsável;
- e) Receber e atender às solicitações da Administração encaminhadas por meio de Ordem de Fornecimento ou comunicação eletrônica oficial, inclusive por e-mail previamente informado pela Contratada;
- f) Adotar todos os cuidados necessários durante o transporte e a entrega, de modo a preservar a integridade dos bens até o recebimento pela Administração;
- g) Responsabilizar-se pela qualidade dos bens fornecidos, garantindo que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- h) Caso sejam identificadas irregularidades, defeitos ou desconformidades com as especificações exigidas, substituir o bem por outro que atenda plenamente às exigências, sem qualquer ônus adicional para a Administração;
- i) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos do Lei nº 8.078/1990, bem como por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros;
- j) Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

- k) Realizar, no ato da entrega, demonstração técnica de funcionamento do equipamento, quando aplicável, a fim de comprovar sua conformidade com as especificações estabelecidas;
- l) Disponibilizar assistência técnica autorizada, garantindo atendimento adequado durante o período de garantia do equipamento;
- m) Realizar entrega técnica do equipamento, com orientação operacional ao servidor indicado pela Administração, com duração mínima de duas horas.

22. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Não se aplica.

23. COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

O custo total estimado para a presente contratação foi obtido a partir das pesquisas de preço com fornecedores.

24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Sem prejuízo das demais obrigações previstas em contrato, na legislação vigente e em regulamentos aplicáveis, constituem obrigações da Contratante:

- a) Exigir da Contratada o cumprimento integral de todas as obrigações, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, em seus anexos e na proposta apresentada;
- b) Designar servidor ou comissão responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- c) Proporcionar as condições necessárias para que a Contratada possa realizar a entrega do objeto de forma adequada e eficiente;
- d) Receber, analisar e verificar a conformidade do bem fornecido com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta da Contratada;
- e) Recusar, total ou parcialmente, o objeto entregue em desacordo com as especificações estabelecidas, determinando sua substituição ou regularização;
- f) Atestar a execução das obrigações contratuais e autorizar o pagamento à Contratada, observadas as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- g) Efetuar o pagamento à Contratada no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contados a partir da **liquidação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente**, observadas as condições estabelecidas na contratação;
- h) Promover, quando necessário e mediante justificativa, alterações contratuais por meio de Termo Aditivo, observados os limites e condições previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- i) Exigir, durante toda a vigência da contratação, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- j) Notificar formalmente a Contratada acerca de vícios, defeitos ou irregularidades constatadas no objeto fornecido, acionando a assistência técnica para reparo, substituição ou correção;
- k) Aplicar, mediante regular processo administrativo, as sanções administrativas cabíveis nos casos de descumprimento contratual ou infrações previstas na legislação;
- l) Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto ou na execução dos serviços, estabelecendo prazo razoável para a devida regularização;
- m) Prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto, sempre que solicitados pela Contratada;
- n) Cumprir e fazer cumprir todas as disposições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

25. MODO DE DISPUTA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, através do envio de lances na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por ITEM e o modo de disputa ABERTO.

26. DA PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL

É vedado a preferência local/regional para o envio das propostas deste objeto.

27. DA EXCLUSIVIDADE OU NÃO DE ME/EPP/MEI

Não se aplica a exclusividade para licitantes enquadradas como ME/EPP/MEI sendo prudente não restringir a competição.

28. DA JUSTIFICATIVA POR TER OU NÃO COTAS ME/EPP/MEI

Não será estabelecido cotas para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedores Individuais (MEI) com o objetivo de garantir padronização do objeto contratado, visando à eficiência e à uniformidade na execução do projeto.

29. DOS CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que estiverem devidamente cadastradas junto à LICITANET Licitações On-line <<https://www.licitanet.com.br/>>.

Sem prejuízo dos demais critérios estabelecidos na legislação pertinente, poderão participar da futura licitação as empresas que estiverem regulares com as certidões discriminadas no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Poderão participar desta Licitação firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja especializada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por ITEM.

Quanto à qualificação técnico-operacional, o contratado deverá apresentar um ou mais **atestados de capacidade técnica-operacional**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante que comprove sua aptidão para fornecimento de material com características compatíveis com o objeto desta licitação.

30. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

30.1. REGULARIDADE JURÍDICA

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

30.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

30.3. REGULARIDADE TÉCNICA

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

Quanto à qualificação técnico-operacional, o contratado deverá apresentar um ou mais **atestados de capacidade técnica-operacional**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante que comprove sua aptidão para fornecimento de equipamento com características compatíveis com o objeto desta licitação.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

30.4. REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea c, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

31. DO CONTRATO

31.1. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da ata de registro de preço ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

31.2. PRAZO DE CONTRATO

O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação no Diário Oficial.

31.3. POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme dispõe o art. 111, da Lei nº 14.133/2021.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

31.4. DOS CRITÉRIOS PARA REAJUSTE, REALINHAMENTO E REEQUILÍBRIO

O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme os casos previstos no Capítulo VII DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS da Lei Federal nº 14.133/2021.

Em não havendo encerramento definitivo do contrato ou ocorrendo sua prorrogação, por ato alheio à vontade da CONTRATADA, e tendo decorrido lapso temporal igual ou superior a 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, poderá ocorrer reajuste das parcelas remanescentes mediante requerimento expresso da CONTRATADA, obedecendo-se, neste caso, os índices oficiais de variação das tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil SINAPI aplicáveis para o Estado de Rondônia.

Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$li - lo$

$R = \frac{\quad}{V} \times V$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

li = Índice de preço referente ao mês de reajustamento; lo = Índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta; e

V = Valor contratual a ser reajustado.

Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, mediante aditamento do Contrato.

A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações e compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, não caracterizam alteração, podendo ser registrado por simples apostilamento.

32.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sem prejuízo das demais sanções impostas em contato bem como as da Lei nº 14.133 de 2021, comete infração administrativa o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d,

que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021) e iv.

Multa:

- a. (1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- b. (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas e a h do subitem 12.1, de 20 % a 30% do valor do Contrato.
- c. (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea c do subitem 12.1, de 15% a 19% do valor do Contrato.
- d. (4) Para infração descrita na alínea b do subitem 12.1, a multa será de 10% a 14% do valor do Contrato.
- e. (5) Para infrações descritas na alínea d do subitem 12.1, a multa será de 5% a 9% do valor do Contrato.
- f. (6) Para a infração descrita na alínea a do subitem 12.1, a multa será de 1% a 4% do valor do Contrato.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

33. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

34. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02 07 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Projeto Atividade:

04 122 0002 00060000Realização de convênios Contr. E Outras Transferências SEMOSP

35. DO REGISTRO DE PREÇO

Trata-se de conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

35.1. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS PARA O REGISTRO DE PREÇO (Art. 82 da Lei 14.133/21):

35.1.1. ESPECIFICIDADES DA LICITAÇÃO E DE SEU OBJETO, INCLUSIVE A QUANTIDADE MÁXIMA DE CADA ITEM QUE PODERÁ SER ADQUIRIDA

Trata-se de futura e eventual aquisição de grades aradoras e Escavadeira Hidráulica com o quantitativo exposto na tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	GRADE ARADORA 16 DISCOS COM CONTROLE REMOTO HIDRÁULICA,EQUIVALENTE TÉCNICO OU DE MELHOR QUALIDADE E SUPERIOR , com as seguintes especificações: 16 discos, controle remoto, 16 x 26 x 6mm, largura de trabalho 1.700mm, espaçamento entre os discos de mínimo de 230mm, com sistema de pneus para transporte, peso mínimo 1800 kg, potência requerida no trator 80 - 90cv.	und	4	R\$ 58.666,67	R\$ 234.666,66
2	Escavadeira hidráulica sobre esteiras, novo, ano e modelo	und	1	R\$ 840.000,00	R\$ 840.000,00

<p>2025, motor diesel turbo alimentado com 06 cilindros, potência bruta de no mínimo 175 HP, equipada com peso operacional mínimo de 22.100 kg, caçamba com capacidade de no mínimo 1,2 m³, com braço de escavação de 2,40mts; CABINE FECHADA, COM PROTEÇÃO CONTRA CAPOTAMENTO E QUEDA DE OBJETOS (ROPS/FOPS), MOTOR A DIESEL DO MESMO GRUPO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, DE 6 CILINDROS; TURBOALIMENTADO; ATENDENDO AS NORMAS DE EMISSÕES DE GASES E POLUENTES TIER III /MAR-I; DE; LARGURA DA SAPATA DE 700 MM, COMPRIMENTO TOTAL (EM POSIÇÃO DE TRANSPORTE) DE 9.480 MM, LARGURA DE 2.990 MM, PROFUNDIDADE MÁXIMA DE ESCAVAÇÃO DE 6.110 MM, ALTURA MÁXIMA DE ESCAVAÇÃO DE 9.410 MM, ALTURA MÁXIMA DE DESPEJO DE 6.590 MM, CAPACIDADE DA CAÇAMBA DE A 1,2 M³, CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MINIMO 400 LITROS, ALARME SONORO DE DESLOCAMENTO, AR-CONDICIONADO, ASSENTO DO OPERADOR ERGONÔMICO, AJUSTÁVEL, COM APOIO PARA OS BRAÇOS E CINTO DE SEGURANÇA. EQUIPADO COM TODOS OS ITENS DE SÉRIE, CONFORME CATÁLOGO COMERCIAL DO PRODUTO E COM TODOS OS DEMAIS EQUIPAMENTOS E ITENS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO.</p> <p>Assistência técnica autorizada com a distância máxima de 130km do município de itapuã do oeste</p>				
CUSTO TOTAL				R\$ 1.074.666,66

35.1.2. QUANTIDADE MÍNIMA A SER SOLICITADA PELA CONTRATANTE

O quantitativo mínimo a ser solicitado, a cada remessa à contratada, será referente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

35.1.3. POSSIBILIDADE DE PREVER PREÇOS DIFERENTES (ENTREGA EM LOCAL DIFERENTE, ACONDICIONAMENTO, TAMANHO DO LOTE OU OUTROS MOTIVOS

É vedado a previsão de preços diferentes tendo em vista que o material deverá ser entregue em um único local especificado neste Termo de Referência.

35.1.4. POSSIBILIDADE DE O LICITANTE OFERECER OU NÃO PROPOSTA EM QUANTITATIVO INFERIOR AO MÁXIMO PREVISTO NO EDITAL

É vedado a possibilidade de o licitante oferecer proposta com o quantitativo inferior ao máximo previsto no edital tendo em vista que o plano de trabalho elaborado por esta administrativo contempla o quantitativo especificado neste Termo de Referência.

35.1.5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO (MENOR PREÇO OU O DE MAIOR DESCONTO)

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por ITEM.

35.1.6. CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

É possível alterar a ata de registro de preços, em negociação entre órgão gestor e fornecedor, a ata poderá ser aditada, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, e poderá, ainda, sofrer apostilamento (art. 52, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

A alteração na ata de registro de preços é independente da alteração dos contratos (art. 53, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

Se o órgão participante já houver formalizado um contrato com o fornecedor ou prestador de serviços à época em que foi realizada a alteração na ata de registro de preços, a relação entre as duas partes não sofrerá influência das alterações realizadas na ata (art. 53, § 1º, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

Se for realizada uma alteração em qualquer contrato celebrado entre o fornecedor e um dos órgãos participantes do registro de preços, a ata não sofrerá nenhuma influência, a não ser que o órgão gestor considere prudente realizá-la (art. 53, § 2º, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

Para que haja maior flexibilidade nas compras por registro de preços, poderá utilizar empenho em substituição ao contrato para entregas imediatas. Parágrafo único. A emissão da autorização de empenho e autorização de fornecimento ou ordem de serviço serão emitidas pela área de compras (art. 54, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

35.1.7. POSSIBILIDADE DE REGISTRO DE MAIS DE UM FORNECEDOR OU PRESTADOR (CADASTRO RESERVA)

É admitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação (art. 14, VII, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos Licitantes, com o objetivo de formação de cadastro de reserva.

35.1.8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE EM MAIS DE UMA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM O MESMO OBJETO NO PRAZO DE VALIDADE DAQUELA DE QUE JÁ TIVER PARTICIPADO

É vedado a Administração participar de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto deste Projeto Básico enquanto estiver vigente, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (art. 14, VIII, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

35.1.9. HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DA ARP E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O registro de preço é processado por meio das modalidades pregão e concorrência, dentro das formalidades exigidas para a contratação, sendo garantida a qualquer tempo a atualização dos valores registrados e cancelamento de registros de valores que estiverem desproporcionais ao preço praticado no mercado (art. 10, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

O fornecedor ou prestador de serviços terá seu registro cancelado quando (art. 49, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023):

- I. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II. não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àquele praticados no mercado;
- IV. estiverem presentes razões de interesse público.

O cancelamento de registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurará o contraditório e a ampla defesa, formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador (art. 50, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

O fornecedor ou prestador de serviços poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado (art. 51, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

As consequências do cancelamento da ARP por infração administrativa do contratado encontram-se pormenorizadas no tópico de sanções administrativas presentes neste Termo de Referência.

36. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos não previstos desse pleito serão dirimidos pela legislação vigente, em especial a Lei de Licitações e Contratos nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Qualquer alteração do presente Termo de Referência, que se fizer necessário, deverá ser previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento deste Município.

As dúvidas quanto à execução desta aquisição poderão ser sanadas através do telefone (69) 3231- 2245 localizado na Prefeitura Municipal na Rua Ayrton Senna nº 1425, no horário das 07h30min às 13h30min ou através do e-mail: semappmio@gmail.com

37. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.

38. ANEXOS

38.1. Cotações das Grades Aradoras;

38.2. Plano de Ação Escavadeira Hidráulica;

39. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Nome: Thaís de Souza Guimarães Santos

Matrícula: 7082

Coordenador administrativo

De acordo:

RAIMUNDO BORGES FILHO

Secretario da SEMAGRI

Rua Ayrton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000

Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55



Documento assinado eletronicamente por **RAIMUNDO BORGES FILHO**, **Secretário Mun. de Meio Ambiente e Agricultura**, em 05/03/2026 às 10:28, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2.043 de 13/01/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.itapuadoeste.ro.gov.br, informando o ID **483936** e o código verificador **57811F05**.

Referência: [Processo nº 7-264/2026](#).

Docto ID: 483936 v1